



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003882-16.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração**
 Requerente: **ALMIR PEDRO KUHLMANN**
 Requerido: **BRUNO ZAPPAROLLI KUHLMANN**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

ALMIR PEDRO KUHLMANN, qualificado na inicial, ajuizou ação de Exoneração de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em face de BRUNO ZAPPAROLLI KUHLMANN, também qualificado, aduzindo que, em dezembro de 1997, através de processo que tramitou perante a 2ª Vara Cível local, foram-lhe fixados alimentos em favor do requerido no importe de 1/3 de seus ganhos líquidos; aduz, ainda, o requerido já completou a maioridade, requerendo, assim, exoneração da obrigação de pagar alimentos.

Deferida a liminar, o réu foi citado (fls. 212), não houve acordo na audiência de conciliação, tendo sido apresentada contestação fora do prazo legal (fls. 230).

É o relatório.

DECIDO.

A demanda foi movida pelo autor contra seu filho por ter este alcançado a maioridade civil e por não estar estudando não deve ser mantido o pagamento dos alimentos.

Citado pessoalmente, o requerido apresentou resposta fora do prazo legal, de modo que nos termos do que dispõe o artigo 7º da Lei de Alimentos (*Lei nº 5.478/68*), de rigor se presumir verdadeiros os fatos narrados na inicial e, perecida a necessidade do requerido, de rigor a exoneração da obrigação do autor em prestar-lhe auxílio material.

Sucumbindo, deve o requerido arcar com os pagamentos das custas e honorários arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, isento enquanto perdurarem os efeitos da assistência judiciária gratuita, que ora defiro.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação e exonero o autor ALMIR PEDRO KUHLMANN da obrigação de prestar alimentos ao filho BRUNO ZAPPAROLLI KUHLMANN; CONDENO o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, dos quais ficará isento enquanto perdurarem os efeitos da assistência judiciária gratuita, que ora fica deferida.

P.R.I.

São Carlos, 16 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**